

09 de abril de 2020

Boletim n.17 - Ciências Sociais e o coronavírus

Desterritorialização sem limites

Reflexões geográficas em tempos de pandemia (I)



Ilustração da campanha publicitária “Refugiados de Dante”, da organização Médicos Sem Fronteiras

Alguns dos mantras do globalismo planetário até aqui dominantes foram: movam-se, viagem, acelerem, cresçam, expandam-se, extraiam (os recursos), consumam, privatizem, flexibilizem (as relações de trabalho), “deslocalizem” (as empresas)... Tudo isso, frente à pandemia do coronavírus, repentinamente se inverteu: parem, não viagem, desacelerem, retraiam-se, não consumam, invistam em políticas públicas, estatizem (empresas em crise)... Aqui, em pleno boom neoliberal, como uma praga, o último mantra a ser contestado ainda não se inverteu: para os trabalhadores continua-se propondo uma flexibilização ainda maior das relações de trabalho, como se estivessem testando até onde vai a resignação dessa massa de (des)empregados extremamente vulneráveis. É como se, enquanto os ricos podem parar e se resguardar, os pobres devem continuar em movimento, se arriscando para garantir a nossa sobrevivência.

Há dezessete anos atrás, em “O mito da desterritorialização”, eu escrevi que, ao contrário do que se propagava a partir da Europa e dos Estados Unidos, não estava ocorrendo o “fim dos territórios” (Bertrand Badie), o “fim das fronteiras” e do Estado-nação (Kenichi Ohmae) ou até mesmo o “fim da geografia” (Paul Virilio). Quando se dizia que estávamos em um processo de perda de laços territoriais, utilizava-se muito mal o termo “desterritorialização”, aplicado muito mais aos ricos que se deslocavam com frequência e tinham mais de uma residência (inclusive em países diferentes) do que aos pobres que realmente sofriam a perda do controle sobre seus espaços de vida. Propus

então, para os ricos, especialmente os executivos de grandes corporações transnacionais, o termo multiterritorialidade, por terem pleno controle sobre os múltiplos territórios que frequentam, sempre na “bolha móvel” das mesmas cadeias de hotéis, resorts, lojas, restaurantes... Mesmo aí, entretanto, eles dependiam de um grande manancial de serviços oferecidos por trabalhadores - em geral migrantes, estes sim, desterritorializados (ou precariamente multiterritorializados).

Num olhar a partir de nossa realidade latino-americana tão desigual, reservei então o termo desterritorialização muito mais para a efetiva perda de controle territorial dos mais pobres, grupos subalternos que lutam cotidianamente por sua sobrevivência. Cheguei a afirmar que um morador em situação de rua, por exemplo, pode fazer da defesa da marquise de um prédio durante a noite o seu território, assim como um presidiário em uma cela superlotada pode fazer de um colchonete seu território durante as poucas horas em que, em revezamento, consegue dormir. Nesse sentido é que desterritorialização pode ser encarada, sobretudo, como precarização dos controles territoriais que garantem nossa própria condição de vida. Dá para imaginar, como resultado mais brutal dessa pandemia, num mundo em que saúde pública nunca foi prioridade, o que ela poderá causar em países de desigualdade histórica tão aviltante como os nossos da América Latina. A começar pelos milhares de moradores em situação de rua, o extremo dessa pirâmide e os mais vulneráveis, por serem os que têm menor condição para se isolar ou “se afastar” socialmente.

Chegou-se a afirmar que um mundo fluido e líquido se projetava cada vez mais impetuoso, uma “dádiva” da globalização neoliberal que a tudo consome e refaz, numa reinvenção tecnológica atroz, o tempo inteiro recriando “necessidades desnecessárias” que, estimuladas com os bilhões gastos em publicidade, mesmo endividados, consumimos com vigor. Nessa avidez pelo novo e pelo movimento esqueceu-se, contudo, que o velho pode não morrer e que a fixação e o fechamento são a outra metade, indissociável, da abertura e do movimento. Seria preciso um vírus assassino para nos lembrar essas velhas lições. E também para reforçar nossa tese de que aquela desterritorialização tão decantada, a dos “turistas”, era um mito.

A metáfora dos “turistas” globalizados de Zigmunt Bauman, com o cuidado para não exagerar, também ajuda a compreender a rápida difusão do coronavírus. Para além da metáfora, na última década o número de turistas pelo mundo quase dobrou, atingindo hoje cerca de 1,5 bilhão de pessoas. Se lembrarmos que as migrações internacionais também aumentaram substancialmente nas últimas décadas, atingindo 272 milhões de pessoas em 2019 (ou seja, 3,5% da população mundial, contra 2,8% no ano 2000), percebemos a intensidade da movimentação de nossos corpos pelo planeta. Tudo isso sem falar na enorme mobilidade internacional cotidiana em função do trabalho. E ainda havia quem menosprezasse essa dimensão material, corpórea, da vida humana, em nome de uma virtualização ou desmaterialização generalizada (erroneamente denominada, também, desterritorialização).

Paradoxalmente, quem diria, a grande desigualdade que move o sistema econômico revela-se agora com toda a sua crueza entre aqueles que podem ficar isolados, hipoteticamente “imunizados” nos territórios-abrigo de suas casas, com condições econômicas para se manter aí, e aqueles que, sem a garantia de seus territórios-recurso, são obrigados a atravessar a cidade para assegurar a alimentação, a saúde, a limpeza ou a segurança para toda a população.

Lembrando a distinção que Jean Gottman propôs (depois incorporada por Milton Santos) entre o território como abrigo e o território como recurso, fica patente que é impossível levar nossa vida sem a imbricação dessas duas propriedades. Nossas casas, como último espaço-refúgio, podem nos garantir certo abrigo, protegendo-nos (relativamente) da difusão do vírus, mas essa condição só se realiza de fato pela imbricação com o acesso a múltiplos recursos: a água e o esgoto canalizados, a energia por fios, o telefone por antena, a alimentação que precisamos buscar no supermercado, os medicamentos na farmácia, o combustível para o transporte dessas mercadorias nos postos de gasolina, etc.

Há muito se foi o tempo em que estávamos autonomamente “abrigados” em nossas moradas. Muito poucos hoje usufruem desse privilégio. Mas temos outro enorme privilégio do qual raramente nos damos conta. Precisamos nos conscientizar sobre o quanto a segurança de nossas individualistas quarentenas se deve a uma massa de trabalhadores (vulneráveis) que nos garantem o acesso a esses tantos recursos necessários para nossa sobrevivência. Essa pandemia poderia nos ensinar um pouco mais a reconhecer nossa própria fragilidade e o grau de dependência que temos para com os tantos serviços garantidos por esses trabalhadores com os quais deveríamos ter o maior respeito e solidariedade. Ir às janelas aplaudir os profissionais de saúde é um tímido começo.

Em sentido mais amplo, o inédito e avassalador desafio que nos coloca essa pandemia é o de parar – no mínimo desacelerar – ou perecer. Ela escancara o que, para muitos, incompreensivelmente, ainda não parecia suficientemente claro: a falência de um sistema que, em tese, aboliu a ideia de limite e se intitulou soberano do planeta. Como afirmamos num artigo há quatro anos atrás, ao contrário de discursos dominantes, a fluidez da globalização planetária trouxe à tona, ainda com mais força, o debate sobre os limites:

"... limites como restrição, contenção, numa conotação negativa, mas também no sentido de constituírem parte indissociável de nossa dinâmica civilizatória, na medida em que, biopoliticamente falando, o modelo societário hegemônico, baseado na acumulação e/ou no ‘crescimento’ capitalista, colocou em jogo até mesmo nossa sobrevivência enquanto espécie biológica sobre a Terra".

Caso não se priorizar o pronto combate à precarização e à brutal desigualdade não teremos saída. A defesa da bio e da etnodiversidade do planeta exige, mais do que nunca,

uma cultura e uma política planetárias do comum que prezem, em primeiro lugar, a redução da desigualdade perversa entre os povos da Terra.

Essa parada compulsória, além das muito prováveis convulsões sociais que irá desencadear (já ensaiadas nos protestos recentes pela América Latina e vários cantos do mundo, do Líbano a Hong Kong), poderá trazer à tona uma séria discussão dos rumos civilizatórios. Se o Grande Irmão da extrema-direita não se aproveitar da ocasião para impor controles ainda mais perversos, talvez seja esta nossa última chance. A tremenda desterritorialização em termos da precarização social dela resultante será o indicador mais impiedoso de que, ou nos solidarizamos com os mais frágeis e reconhecemos nosso destino comum, ou perecemos todos juntos, pois o barco, mais do que nunca, revelou-se um só, e está afundando. Não haverá trincheira doméstica ou individual capaz de nos proteger desse naufrágio.

Rogério Haesbaert é Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense

Este texto é parte de uma série de boletins sequenciais sobre o coronavírus e Ciências Sociais que está sendo publicada ao longo das próximas semanas. Trata-se de uma ação conjunta que reúne a Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e a Associação dos Cientistas Sociais da Religião do Mercosul (ACSRM). Nos canais oficiais dessas associações estamos circulando textos curtos, que apresentam trabalhos que refletiram sobre epidemias. Esse é um esforço para continuar dando visibilidade ao que produzimos e também de afirmar a relevância dessas ciências para o enfrentamento da crise que estamos atravessando.

A publicação deste boletim também conta com o apoio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC/SC), da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia (ANPEGE), da Associação Nacional de Pós-Graduação em História (ANPUH), da Associação Nacional de Pós graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (Anpoll) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur).

Acompanhe e compartilhe!



DESTERRITORIALIZACIÓN SIN LÍMITES* Reflexiones geográficas en tiempos de pandemia

Algunos de los mantras del globalismo planetario que dominan hasta ahora: muévanse, viajen, aceleren, crezcan, expándanse, extraigan (los recursos), consuman, privaticen, flexibilicen (las relaciones de trabajo), deslocalicen (las empresas)... Todo eso, frente a la pandemia de coronavirus, repentinamente se invirtió: paren, no viajen, desaceleren, retírense, no consuman, inviertan en políticas públicas, nacionalicen (empresas en crisis)... Aquí [en Brasil], en pleno boom neoliberal, como una plaga, el último mantra a ser contestado, aún no se ha revertido: para los trabajadores se continúa proponiendo una flexibilización aún mayor de las relaciones de trabajo, como si se estuvieran poniendo a prueba hasta dónde llega la resignación de la masa de los (des)empleados extremadamente vulnerables. Es como cuando los ricos pueden parar y se resguardan, los pobres deben continuar en movimiento, tomando riesgos para asegurar nuestra sobrevivencia.

Hace diecisiete años, en “El mito de la desterritorialización”, yo escribí que, al contrario de lo que se propagaba a partir de Europa y de los Estados Unidos, no estaba ocurriendo el “fin de los territorios” (Bertrand Badie), o el “fin de las fronteras” o del Estado-nación (Kenichi Ohmae), o incluso “el fin de la geografía” (Paul Virilio). Cuando se decía que estábamos en un proceso de pérdida de lazos territoriales se utilizaba muy mal el término “desterritorialización”, aplicando mucho más a los ricos que con frecuencia se desplazaban y tenían más de una residencia (incluso en países diferentes), que a los pobres que realmente sufrían la pérdida de control en sus espacios de vida. Propuse, entonces, para los ricos, especialmente los ejecutivos de grandes corporaciones transnacionales, el término multiterritorialidad, por tener pleno control sobre los múltiples territorios que frecuentan, siempre en una “burbuja móvil” de las mismas cadenas de hoteles, resorts, tiendas, restaurantes... Incluso ahí, sin embargo, ellos dependían de una grande fuente de servicios ofrecidos por trabajadores – en general migrantes, estos sí, desterritorializados.

En una mirada desde nuestra realidad latinoamericana tan desigual, reservé entonces el término desterritorialización mucho más para la efectiva pérdida de control territorial de los más pobres, grupos subalternos que luchan cotidianamente por su sobrevivencia. Incluso he afirmado que una persona en situación de calle, por ejemplo, puede hacer del porche de un edificio su territorio durante la noche, así como un preso en una celda llenísima puede hacer de una colchoneta su territorio durante las pocas horas en las que en rotación consigue dormir. En ese sentido es que la desterritorialización puede ser encarada, sobre todo como precarización de los controles territoriales que garantizan nuestra propia condición de vida. Se puede imaginar, como resultado más brutal de esa pandemia, en un mundo en el cual la salud pública nunca fue prioridad, o lo que pueda causar en países de desigualdad histórica tan degradante como la nuestra en América Latina. Comenzando por las miles de personas en situación de calle, en la punta de esa pirámide y los más vulnerables, por ser los que tienen menor condición de aislarse o “alejarse” socialmente.

Se llegó a afirmar que un mundo fluido y “líquido” se proyectaba cada vez más impetuoso, un “regalo” de la globalización neoliberal que consume y rehace todo, en una reinención tecnológica atroz, todo el tiempo recreando “necesidades innecesarias” que, estimuladas con los billones gastos en publicidad, incluso en deudas, consumimos vigorosamente. Sin embargo, en ese afán por lo nuevo y por el movimiento, se olvidó que el viejo puede no morir y que la fijación y el cierre son la otra mitad, inseparable, de la abertura y del movimiento. Sería necesario un virus asesino que nos recuerde de esas viejas lecciones. También para reforzar nuestra tesis de que aquella desterritorialización tan celebrada, la de los “turistas”, era un mito.

La metáfora de los “turistas globalizados” de Zigmunt Bauman, con cuidado para no exagerar, también ayuda a comprender la rápida difusión del coronavirus. Más allá de la metáfora, en la última década, el número de turistas del mundo casi se duplicó, llegando hoy a cerca de 1,5 billones de personas. Si recordamos que las migraciones internacionales también aumentaron substancialmente en las últimas décadas, llegando a 272 millones de personas en 2019 (o sea, 3.5% de la población mundial, contra 2.8% en el año 2000), percibimos la intensidad del movimiento de nuestros cuerpos en el planeta. Todo eso sin hablar de la enorme movilidad internacional cotidiana en función del trabajo. Y todavía había quienes menospreciaban esa dimensión material, corpórea, la vida humana, en nombre de una virtualización o desmaterialización generalizada (erróneamente denominada, también, desterritorialización).

Paradójicamente, quien diría, la gran desigualdad que mueve el sistema económico se revela ahora con toda su crudeza entre aquellos que pueden quedarse aislados, hipotéticamente “inmunizados” en los territorios-refugio de sus hogares, con condiciones económicas para mantenerse ahí, y aquellos que, sin garantía de sus territorios-recurso, son obligados a atravesar la ciudad para asegurar la alimentación, la salud, la limpieza o la seguridad para toda la población.

Recordando la distinción que Jean Gottman propuso (después incorporada por Milton Santos) entre el territorio como abrigo y el territorio como recurso, está claro que es imposible vivir nuestras vidas sin la superposición de esas dos propiedades. Nuestras casas, como último espacio-refugio, nos pueden garantizar cierto abrigo, nos protegen (relativamente) de la difusión del virus, sin embargo, esa condición se realiza en realidad articulándose con el acceso a múltiples recursos: agua y alcantarilla entubadas, energía por cable, teléfono por antena, la alimentación que necesitamos buscar en el supermercado, los medicamentos en la farmacia, el combustible para el transporte de esas mercancías, las gasolineras, etc. Hace mucho se fue el tiempo en el que estábamos autónomamente “resguardados” en nuestras casas. Muy pocos hoy disfrutan de ese privilegio, pero tenemos otro enorme privilegio del cual raramente nos podemos dar cuenta. Tenemos que concientizarnos sobre cuánto la seguridad de nuestras cuarentenas individualistas se debe a una masa de trabajadores (vulnerables) que nos garantizan el acceso a estos tantos recursos necesarios para nuestra supervivencia. Esta pandemia nos podría enseñar un poco más a reconocer nuestra propia fragilidad y el grado de dependencia que tenemos para con los servicios garantizados por esos trabajadores con los cuales deberíamos tener el mayor respeto y solidaridad. Andar a las ventanas y aplaudir a los profesionales de salud es un pequeño comienzo.

En sentido más amplio, el desafío sin precedentes y abrumador que nos plantea esta pandemia es el de detenerse - al menos reducir la velocidad - o perecer. Abre lo que, para muchos, incomprensiblemente, todavía no parecía suficientemente claro: la bancarrota de un sistema que, en teoría, abolió la idea del límite y se autodenominó soberano del planeta. Como se indicó en un artículo anterior, a diferencia de los discursos dominantes, la fluidez de la globalización planetaria ha puesto de manifiesto, con aún más fuerza, el debate sobre los límites:

“...límites como restricción, contención, en una connotación negativa, pero también en el sentido de que se constituye parte indisoluble de nuestra dinámica civilizatoria, en la medida en que, biopolíticamente hablando, el modelo corporativo hegemónico, basado en la acumulación y/o nuestro ‘crecimiento’ capitalista, puso en juego incluso nuestra supervivencia como especie biológica en la Tierra”.

Si no se prioriza la lucha inmediata contra la precariedad y la desigualdad brutal, no tendremos salida. La defensa de la vida y la etnodiversidad del planeta exigen, más que nunca, una cultura y una política planetarias del común que defiendan, en primer lugar, la reducción de la desigualdad perversa entre los pueblos de la Tierra. Esta parada obligatoria, además de las muy probables agitaciones que provocará (ya ensayados en protestas recientes en América Latina y todo el mundo, desde el Líbano hasta Hong Kong), puede traer a la luz una seria discusión de direcciones para la civilización. Si el Gran Hermano de la extrema derecha no se aprovecha de la ocasión para imponer controles aún más perversos, tal vez esta sea nuestra última oportunidad. La tremenda desterritorialización en términos de la precarización social resultante será el indicador

más despiadado de que, o simpatizamos con los más frágiles y reconocemos nuestro destino común, o perecemos todos juntos, por qué el barco, más que nunca, se reveló como uno, y se está hundiendo. No habrá trincheras domésticas o individuales capaces de protegernos de este naufragio.

Rogério Haesbaert es profesor del Programa de Posgrado en Geografía de la Universidad Federal Fluminense

*Traducción de Denisse Rosas F./UAM - Iztapalapa